

## **AUTORITARISMO OU MISTIFICAÇÃO: OS EFEITOS DE SENTIDO DO DISCURSO PEDAGÓGICO**

Taizi Caroline e Silva ALAMAN<sup>1</sup>

**Resumo:** Este artigo tem por objetivo relatar as reflexões e experiências vivenciadas no Estágio Supervisionado das disciplinas de Prática de Ensino em Língua Portuguesa e Prática de Ensino em Língua Inglesa do Curso de Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Centro Universitário de Três Lagoas.

**Palavras-chaves:** Discurso, Ideologia, Educação

*Abstract: This article have for objective to relate the reflectiones and experiences lived in the Supervised Training in the Disciplines of Teaching Practice Portuguese Language and Teaching Practice in English Language of the Letter Course of the Federal University of Mato Grosso do Sul, Universitarian Center of Três Lagoas.*

*Keywords: Discourse, Ideology, Education.*

### 0. Introdução

Neste artigo pretendo “por em discussão” alguns aspectos referentes aos efeitos de sentido do discurso pedagógico no processo de aquisição da leitura, pelo aluno, em língua materna e estrangeira, constatados em aulas observadas em escolas do Ensino Médio, com o objetivo de atender às exigências das disciplinas: Prática de Ensino em Língua Portuguesa e Prática de Ensino em Língua Inglesa do Curso de Letras da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Centro Universitário de Três Lagoas.

### 1. Desenvolvimento

É sabido que o discurso pedagógico (DP) possui uma característica circular pelo fato de estarem os sujeitos desse discurso representando uma instituição social, marcada por ideologias que, ao longo dos anos, sofreram significativas mudanças, mas que, em sua essência ainda resguarda marcas discursivas enraizadas por um discurso autoritário e equivocado sobre o processo de ensino-aprendizagem da leitura, tanto em língua materna quanto em língua estrangeira.

---

<sup>1</sup> Professora de Língua Portuguesa e Literatura Brasileira nas escolas: Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “Fernando Corrêa”, Escola Estadual de Ensino Fundamental e Médio “João Magiano Pinto” e, Colégio “Team Maxi”, em Três Lagoas, MS

Discutindo questões relativas a esse DP, Orlandi (1983) o caracteriza como autoritário, por reconhecer nele a contenção da polissemia e por o agente do discurso se pretender único e ocultar o referente pelo dizer. Assim, o DP se dissimula como transmissor de informação e o faz caracterizando essa informação sob a rubrica da cientificidade, cujo estabelecimento se dá em dois aspectos: a metalinguagem e a apropriação do cientista feita pelo professor.

O problema da metalinguagem se funda no tratamento do referente, que é preterido em função do conhecimento de uma certa metalinguagem, ou seja, fixam-se às definições e excluem-se os fatos. O referente é um referente discursivo: são conceitos elaborados naquele ou em outros discursos, enunciados implícitos. A citação de outros discursos pode ser ou não explicitada no DP, o que torna mais difícil decidir sobre os seus limites e as vozes que aparecem em sua fala. Através da metalinguagem estabelece-se o estatuto científico do saber que se opõe ao senso comum, construindo o domínio da objetividade do sistema.

Dessa forma, o DP utiliza uma linguagem que dilui seu objetivo, ao mesmo tempo que se cristaliza como metalinguagem: as definições são rígidas, há cortes polissêmicos, encadeamentos automatizados que levam a conclusões exclusivas. A apresentação das razões em torno do referente se reduz ao “é-porque-é”, e a razão do objeto de estudo é relegada. A outra função da metalinguagem é produzir recortes no objeto, que são refletidos no sistema de ensino sob a forma de fragmentação, em que o conceito de unidade cede lugar ao de homogeneidade. Assim, a explicação dos fatos é determinada sob a perspectiva de onde devem ser vistos e ditos, institucionalizando, dessa forma, um conhecimento valorizado e um saber legitimado.

Neste contexto, o sistema de ensino atribui a posse dessa metalinguagem ao professor, que se apropria do cientista e se confunde com ele, sem se mostrar como voz mediadora. O que o professor diz se converte em conhecimento, o que autoriza o aluno, a partir desse contato, no espaço escolar, na aquisição da metalinguagem, a dizer que sabe, completando, dessa forma, o processo de escolarização.

Na interlocução, o DP se caracteriza pela quebra das leis do discurso: informatividade, interesse e utilidade, como as enunciadas por Ducrot (1972), que são resolvidas pela motivação pedagógica e pela legitimidade do conhecimento escolar, apoiada na idéia de que há um desenvolvimento no processo escolar, paralelo ao da maturação do aluno, isto é, a inculcação.

Pelo lado do aluno, há uma aceitação e uma exploração dessas representações que fixam o professor como “autoridade-tutora” e aluno como tutelado. Desenvolvem-se, então, tipos de comportamentos que variam desde o autoritarismo mais exarcebado até o paternalismo mais doce.

Considerando que o autoritarismo está incorporado nas relações sociais, na escola e no discurso, uma forma de interferir no caráter autoritário do DP é questionar seus implícitos e atingir seus efeitos de sentidos. Um caminho para reverter essa característica seria torná-lo um discurso polêmico, ou seja, do ponto de vista do autor/professor, o texto, o discurso, deverá ser construído de forma a expor os efeitos de sentidos possíveis, e deixar um espaço para a existência do ouvinte/aluno enquanto “sujeito” no discurso e construir a própria possibilidade de ele mesmo (locutor) se colocar como ouvinte.

Analisando o ato de interlocução do ponto onde se localiza o aluno, uma maneira de instaurar o polêmico seria que esse aluno exercesse sua capacidade de discordância, constituindo-se, assim, como ouvinte e construindo-se como autor na dinâmica da interlocução, recusando a fixidez do dito e também a fixação do seu lugar como ouvinte.

No entanto, mesmo consciente dos pressupostos supracitados, o professor que trabalha com a língua materna e língua estrangeira, nas escolas observadas, contribui para a fixação do autoritarismo do DP, uma vez que os seus discursos apontam para a preocupação com a inculcação de conteúdos, de valores e de ideologias.

A concretização dessa preocupação pode ser observada a partir da escolha do material didático-pedagógico a ser utilizado, haja vista que os professores apropriam-se do livro didático como única verdade e o aluno, sujeito passivo, aceita e não questiona.

A respeito do processo de aquisição da leitura, Orlandi (1998) aponta que a leitura, da forma como é trabalhada hoje, limita-se a um tecnicismo que conduz seu trabalho apenas em termos de estratégias e relações pedagógicas, marcadas por um

imediatismo exagerado. A questão da leitura, enquanto “trabalho intelectual”, leva à reflexão de que ler é condição básica para esse trabalho. O professor, seguindo as orientações pedagógicas atuais, contidas, em especial, nos *Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs)*, procura trabalhar a leitura, mas, por falta de orientação, tempo e sistematização do processo, acaba por não atingir os objetivos de despertar o interesse do aluno aos questionamentos de sua realidade social e de torná-los cidadãos críticos e com competência lingüística. Assim, dentro de sua estrutura circular, a escola forma um círculo vicioso que, a serviço de uma ideologia dominante, só reproduz e não transforma.

Aliás, vale observar que as aulas de leitura são esporádicas e, na maioria das vezes, os textos servem apenas como pretexto para o ensino de normas gramaticais. Se nas aulas de língua materna há essa restrição, o que dizer das aulas de leitura na língua estrangeira? São inexistentes. O professor de língua inglesa no Ensino Fundamental e Ensino Médio restringe suas aulas ao ensino da gramática, de traduções e do verbo To be.

Transpondo essas reflexões para a análise do questionário respondido pelo professor da sala observada, o qual considerou a disciplina de Língua Inglesa durante a graduação “fraquíssima” e a disciplina de Prática de Ensino “pior ainda” e que as aulas de Língua Inglesa na graduação também só privilegiam o aspecto estrutural da língua, pode-se inferir que o professor, ao terminar a graduação, iniciar e desenvolver sua prática pedagógica, apenas reproduz o que aprendeu, confirmando assim, a circularidade do DP salientada por Orlandi.

É possível que, isso ocorra pelo fato de o professor não conseguir perceber que a representação que constrói sobre o DP de “outros” encontra-se representado também em seu próprio discurso. Assim, consciente ou inconscientemente, reproduz um DP que julga estar criticando.

A construção dessas representações, pelo professor observado, levou-me a buscar a reflexão sobre a relação universidade x comunidade, por meio da qual pude inferir que, pela forma como se dá a relação entre universidade e comunidade, as universidades desempenham o papel e a função, apenas, de prestadoras de serviços que procuram remediar problemas existentes no processo de ensino-aprendizagem de línguas, sem procurar questionar as potenciais falhas existentes dentro das próprias

instituições que formam os professores e que, ao mesmo tempo, classificam esses professores por ela formados como incapazes. Tal comportamento gera um círculo vicioso e a verdadeira função crítica do ensino superior fica relegada ao cumprimento de compromissos formais e burocráticos, situação que só se reverterá quando sua verdadeira função, a de ação em conjunto com a sociedade de forma crítica e atuante, for colocada em prática.

## 2. Considerações finais

Diante do exposto, algumas questões se impõem: Estariam as universidades dispostas a reverem o processo de ensino desenvolvido nas licenciaturas, abordando questões mais próximas da prática a ser desenvolvida pelo futuro professor? Os professores, egressos dessas instituições, têm procurado melhorar a qualidade sua formação? Introduzidos no mercado de trabalho, com uma formação tão deficiente, os professores podem ser classificados como vítimas ou culpados? As tematizações sobre o professor de línguas, quer na área da Análise do Discurso, quer em outras áreas, têm considerado que quem tematiza geralmente é um professor responsável pela formação de outros professores nesse nível de ensino?

O Exame Nacional de Cursos tem “cobrado” conhecimentos específicos e aqueles referentes ao processo de ensino-aprendizagem desses conteúdos, mas parece que tem se esquecido dos conhecimentos didáticos e procedimentos metodológicos que visam à aplicabilidade de tais conhecimentos. Diante desses fatos, uma questão mais preocupante impera: estariam os órgãos governamentais; como o Conselho Superior da Educação e o Ministério da Educação, condizentes com a formação que as Instituições de Ensino Superior vêm oferecendo aos futuros professores?

## Referências Bibliográficas

- ORLANDI, Eni Pulcinelli. *A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso*. São Paulo: Brasiliense. 1983
- \_\_\_\_\_. *Discurso & leitura*. São Paulo: Cortez. 1998